

**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_, DE 2023.**  
**(Do Sr. Rubens Pereira Junior)**

Altera o art. 611 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, para ampliar o prazo de instauração do processo judicial de inventário.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** - Esta lei altera o art. 611 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, para ampliar o prazo de instauração do processo judicial de inventário.

**Art. 2º** - O art. 611 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:

*“Art. 611. O processo de inventário e de partilha deve ser instaurado dentro de 3 (três) meses, a contar da abertura da sucessão, ultimando-se nos 12 (doze) meses subsequentes, podendo o juiz prorrogar esses prazos, de ofício ou a requerimento de parte.” (NR).*

**Art. 3º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



## JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de Projeto de Lei com o objetivo de ampliar o prazo de instauração do processo judicial de inventário.

O prazo atual de 2 (dois) meses para instauração de tais processos por iniciativa dos sucessores da pessoa falecida é exíguo, considerando o período de luto vivenciado pelos familiares e pelo procedimento burocrático que antecede a abertura do processo de inventário.

Como consequência direta, temos considerável lentidão na obtenção por parte dos sucessores dos documentos necessários à últimação do processo de inventário e partilha. Daí, a necessidade de dilatação desse prazo para instauração do processo.

Por isso, estamos propondo a ampliação de prazo para ampliar o prazo de instauração do processo judicial de inventário.

Assim, por entendermos ser a presente proposição deveras relevante e significativa é que submetemos a mesma a exímia apreciação de Vossas Excelências e pugnamos por seu reconhecimento e consequente aprovação.

Sala das Sessões, de abril de 2023.

**RUBENS PEREIRA JÚNIOR**

Deputado Federal

